

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Divulgação/Governo do Rio de Janeiro



Secretário de Cidades, Douglas Ruas com Cláudio Castro

Chapa do PL no RJ foca na briga contra a capital de Paes

A formação da chapa encabeçada pelo PL no Estado do Rio atendeu a dois critérios principais: buscar o eleitor do interior e da Baixada Fluminense contra Eduardo Paes (PSD), prefeito da capital, e impedir que ele, que conquistou o MDB, avançasse sobre o União Brasil e o PP. Nenhum dos quatro integrantes é carioca: o candidato a governador, Douglas Ruas (PL), nasceu em São Gonçalo; o vice, Rogério Lisboa (PP), em Nova Iguaçu. Márcio Canella (União), que tentará o Senado, nasceu em Belford Roxo, e é o prefeito da cidade.

O atual governador, Cláudio Castro (PL), que também tentará o Senado, foi para o Rio ainda criança, mas nasceu em Santos (SP).

Portinho fora

A formação da chapa deixou de fora o senador Carlos Portinho (PL), que foi eleito suplente em 2018 e herdou a vaga do titular, Arolde de Oliveira, em outubro de 2020. Ex-líder do governo Bolsonaro, atual líder do partido, Portinho queria muito a vaga. Semana passada, esteve com o ex-presidente na prisão e insistiu que seria o melhor representante da direita. Bolsonaro não disse que sim nem que não — e Portinho acabou caroneado.

Carlos Moura/Agência Senado



Senador buscou o apoio de Bolsonaro

Coordenação de campanha

Segundo o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), Portinho estará, ao lado do senador Rogério Marinho (PL-RN), no “primeiro time” da coordenação da campanha de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência. Ele não confirmou se o atual senador disputará uma vaga na Câmara. Portinho dissera à coluna que seu foco era o Senado e não pensara em outra hipótese. Apesar de seu alinhamento com o ex-presidente, Portinho é visto com alguma desconfiança pelo bolsonarismo, pois seria muito comportado.

Julgamento

Apesar de ter sido descartado, Portinho ainda terá chance de disputar o Senado caso Cláudio Castro seja condenado pelo Tribunal Superior Eleitoral em ação que pede a cassação de seu mandato por suposto abuso de poder na eleição de 2022. Absolvido em primeira instância, ele é acusado de desviar recursos públicos para a contratação de cabos eleitorais. O julgamento será dia 10.

Ex na chapa

Mãe dos três primeiros filhos de Bolsonaro, Rogéria Nantes Braga concorrerá como suplente de Canella. Primeira mulher de Jair, ela herdou parte de seus votos para a Câmara do Rio quando o marido foi eleito deputado federal. Graças ao sobrenome Bolsonaro, ela conseguiu ser vereadora por dois mandatos.

Mãe escanteada

A turbulenta separação do casal fez com que Bolsonaro lançasse o filho Carlos, então com 17 anos, para tentar impedir que a ex-mulher conquistasse um terceiro mandato. A estratégia deu certo: com votos do pai, foi eleito e, já com 18 anos, acabou autorizado a assumir o cargo. A mãe ficou fora.

Esquerda fora

A composição das duas principais chapas que disputarão o eleitor fluminense mostra o pouco prestígio da esquerda no Estado. A única representante do grupo na eleição majoritária deverá ser a deputada Benedita da Silva (PT), que concorrerá a uma vaga no Senado. Nem o Psol deverá disputar uma cadeira.

Glauber

O partido, porém, deverá lançar candidato ao governo do Estado; um dos postulantes à vaga é o deputado Glauber Braga, que foi suspenso por seis meses do exercício do mandato. Em 2002, Bolsonaro venceu Lula em 72 dos 92 municípios do estado; teve 56,53% dos votos no segundo turno, contra 43,47% do petista.

Alternativa

Diante da dificuldade de deputados e senadores votarem contra a redução da jornada de trabalho para viabilizar a escala de duas folgas para cinco trabalhados, setores do empresariado acenam com a diminuição dos custos de contratação, o que tende a afetar ainda mais a arrecadação da Previdência.

Bloqueio

Outra saída é tentar evitar que a proposta chegue aos plenários da Câmara e do Senado. Na noite de segunda, os presidentes do PL, Valdemar Costa Neto, e do União Brasil, Antônio Rueda, foram claros ao dizer que tentarão impedir a votação da Proposta de Emenda Constitucional que acaba com a escala 6x1.



Vercaro marcou o depoimento após conversa com Renan

Vercaro marca nova data para depor na CAE

Senadores se reuniram com o ministro André Mendonça

Por Beatriz Matos

Depois de anunciar que não compareceria à CPMI do INSS nem à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Daniel Vercaro voltou atrás e assumiu novo compromisso com o Senado. O empresário afirmou que estará presencialmente na CAE na próxima terça-feira, às 10h.

A promessa foi feita durante ligação com o senador Renan Calheiros (MDB-AL), coordenador do Grupo de Trabalho (GT) que acompanha as investigações sobre o Banco Master.

Vercaro era aguardado na CPMI na segunda-feira (23) e, no dia seguinte (24), na CAE. Até então, havia dado sua palavra de que compareceria.

No entanto, após o ministro André Mendonça conceder habeas corpus (HC) tornando facultativa sua presença, o banqueiro comunicou que não iria mais.

Como justificativa, ele alegou receio de represálias no voo de São Paulo a Brasília e recusou inclusive transporte em aeronave da Polícia Federal (PF), sob o argumento de que “não é criminoso”.

Com a desistência, o GT do Master se reuniu pela primeira vez com o ministro André Mendonça, o novo relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF), para discutir a competência da comissão, os limites para convocação de investigados e o

compartilhamento de informações sigilosas. Antes, os parlamentares haviam dialogado com o ex-relator Dias Toffoli, com o Tribunal de Contas da União (TCU), a Polícia Federal e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Após o encontro no Supremo, os senadores reforçaram a cobrança por acesso aos dados considerados essenciais para o andamento dos trabalhos.

Coordenador do grupo, o senador Renan Calheiros criticou a demora no envio de informações por parte de órgãos de controle.

“Ainda não recebemos as informações do Banco Central que está dependendo de um despacho do relator ministro André e ainda não recebemos, pasme, as informações do Tribunal de Contas da União (...) até agora nós não tivemos o retorno,” pontuou.

Depoimento

Além do acesso aos documentos, a reunião também tratou das condições para a realização do depoimento de Daniel Vercaro.

Segundo os senadores, Mendonça sinalizou que poderá disponibilizar, caso necessário, a estrutura da Polícia Federal — inclusive aeronave — para garantir o deslocamento voluntário do empresário, além de assegurar as condições para a participação da defesa, numa tentativa de afastar qualquer argumento que inviabilize a oitiva.